

discurso

# PMDB apóia Sarney. Mas sugere um reexame para a política salarial

BRASÍLIA — A Executiva Nacional do PMDB desprezou documento preparado pelo Governador eleito de Pernambuco, Miguel Arraes, em que o apoio ao Governo era condicionado à participação nas decisões, e preferiu aprovar ontem um texto que, sem oferecer proposta concreta, por exemplo, na questão da dívida externa — tema que levou o partido a se reunir —, ofereceu, no final, manifestação de confiança no Presidente Sarney.



Ulysses preside Executiva. No fim, mudanças no documento do partido

O PMDB sugere a hipótese de tabelamento dos juros e um reestudo dos critérios para fixação do índice de reajuste dos salários; e adverte que o povo "tem de estar preparado para enfrentar uma situação difícil e um período prolongado de confrontação de interesses" durante a negociação da dívida externa.

A negociação — diz o documento — deve ser feita de forma soberana, "tendo como parâmetro a necessidade de assegurar uma taxa mínima de crescimento capaz de garantir a ampliação da massa de salários e da oferta de novos em-

pregos".  
A palavra moratória não é citada, apesar de haver propostas em sua defesa dentro do partido. O PMDB, no entanto, reafirma o compromisso de "lutar até as últimas conseqüências" para preservar os interesses nacionais. Dirigentes observaram que, no momento, falar em moratória assustaria credores e desgastaria autoridades encarregadas das conversações com banqueiros internacionais.

O texto, na abertura, faz referência às manifestações da semana passada em Brasília e afirma que o PMDB "não compactua com os excessos cometidos, cujas responsabilidades devem ser apuradas". No primeiro esboço, condenava-se a repressão policial; esse trecho foi suprimido pela Executiva.

Embora reconheça que as medidas econômicas anunciadas pelo Governo provocaram perplexidade, o PMDB destaca que é preciso dis-

tinguir esse sentimento da "tentativa empreendida pelos empedernidos adversários da democracia de explorar o episódio como forma de anular a inequívoca manifestação de 15 de novembro, que deu extensão e consagrada vitória às forças democráticas e populares".

Diz o documento: "Quando o País se prepara simultaneamente para encerrar o ciclo autoritário e poder enfrentar a questão da dívida externa, a campanha contra o PMDB e o Governo serve aos que temem a democracia e as mudanças sociais em curso. Querem bloquear uma Assembléia Nacional Constituinte inspirada pela evolução e pela mudança, que alavanque os urgentes imperativos da justiça social".

Sobre as medidas que integram o Plano Cruzado II, o partido afirma que, apesar de duras, elas representam apenas "um enfrentamento temporário dos problemas centrais da economia que voltarão à carga e que requerem um esclarecimento permanente da opinião pública".

## DOCUMENTO ALERTA: POVO BRASILEIRO DEVE PREPARAR-SE PARA UMA SITUAÇÃO DIFÍCIL

### 'A dívida externa é uma questão nacional'

BRASÍLIA — É o seguinte o texto integral do documento do PMDB:

"O PMDB, consciente de suas graves responsabilidades históricas, tem o dever de pronunciar-se a respeito dos acontecimentos da última semana. E, se o partido não compactua com os excessos cometidos, cujas responsabilidades devem ser apuradas, reconhece, por outro lado, que as recentes medidas do Governo provocaram grande perplexidade na população. E provocaram, sobretudo, porque foram apresentadas como medidas isoladas, desligadas do contexto mais amplo em que se inserem — a questão crucial das dívidas externa e interna do País e de suas influências no crescimento econômico e no aumento do emprego e da massa salarial do nosso trabalhador.

"É fundamental distinguir, assim, no episódio, esse sentimento popular de perplexidade da tentativa empreendida pelos empedernidos adversários da democracia de explorar o episódio como forma de anular a inequívoca manifestação de 15 de novembro, que deu extensão e consagrada vitória às forças democráticas e populares. Quando o País se prepara, simultaneamente, para encerrar o ciclo autoritário e poder enfrentar a questão da dívida externa, a campanha contra o PMDB e o Governo serve aos que temem a democracia e as mudanças sociais em curso. Querem bloquear uma Assembléia Nacional Constituinte inspirada pela evolução e pela mudança, que alavanque os urgentes imperativos da justiça social.

"Nosso País é o único que transitou, sem traumas, do regime autoritário para a democracia. A anistia, a campanha das diretas já, a eleição de Tancredo Neves, o voto do analfabeto, a consolidação do Governo José Sarney são etapas de uma longa luta em que foi posta à prova a nossa capacidade de convivência política. As eleições de 15 de novembro foram a confirmação definitiva da grande capacidade de compreensão e confiança no exercício democrático do nosso povo, desmentindo a crença dos que o qualificam como incapaz para escolher seus objetivos e caminhos.

"A consolidação democrática é alternativa inaceitável para aqueles que não querem o País liberto da tutela dos interesses, ao impasse, interno e externo, que precisa ser rompido.

"O Plano Cruzado foi concebido e executado com o objetivo de eliminar a inflação alimentada pela própria inflação. Conteve a especulação financeira e ativou a econo-

mia, impulsionada pelo aumento da oferta de emprego e da massa salarial.

"O aumento do salário real elevou o consumo, através do aproveitamento da capacidade ociosa, que se alargava com a atração do empresariado pelas vantagens da especulação financeira.

"Esse crescimento econômico poderá ser, no entanto, interceptado pela escassez na oferta de energia elétrica, pela incapacidade do setor siderúrgico em atender a demanda resultante do reaquecimento da economia e pela falta dos recursos exigidos pela agricultura.

"O rompimento destas restrições físicas ao crescimento exige investimentos consideráveis que, por suas características — longo período de maturação e baixa taxa

de retorno — não atraem o capital privado. Este fenômeno obriga o Estado a assumir os encargos de prover os serviços essenciais de infraestrutura e de produtor de insumos básicos. Essa carência é de efeitos mais deletérios no Nordeste brasileiro.

"Ora, o Estado brasileiro está submetido a dois estrangulamentos inibidores: a) o primeiro, por efeito de uma orquestrada campanha anti-Estado que confunde, deliberadamente, as diversas funções que cabem, numa economia como a nossa, ao Estado desempenhar, como prestador de serviços públicos essenciais de natureza social, como responsável pela infraestrutura econômica básica e como administrador de meios de produção de setores que não atraem capitais privados; b) o segundo, devido a escassez de recursos disponíveis para cumprir suas tarefas básicas, uma vez que a quase totalidade de sua receita é drenada para o pagamento de duas gigantescas dívidas — a interna e a externa —, irresponsável e impatriótica herança do regime autoritário.

"A necessidade de atender o pagamento das duas dívidas e a necessidade de investir nos setores siderúrgicos e de infraestrutura determinaram a imposição do empréstimo compulsório. Os recursos arrecadados não foram, entretanto, suficientes para o en-

frentamento destas questões. E o Governo viu-se obrigado a aumentar, de novo, sua receita mediante elevação da carga fiscal seguida de ajuste nas tarifas de alguns serviços essenciais sob sua responsabilidade.

"O superaquecimento da demanda, acendido pelo aumento do poder de compra da população, impunha o reordenamento do crescimento, na busca do equilíbrio entre a oferta e a procura.

"O Plano Cruzado, desde seu lançamento, teve a tenaz e impatriótica oposição de alguns setores privilegiados, que, ostensiva ou veiadamente, a ele criaram dificuldades. Manobras de especulação, a prática do ágio ilegal, a omissão no fornecimento de produtos, os boatos desestabilizadores e as artificiais elevações de juros e serviços foram agressões sérias ao Plano e especialmente ao congelamento dos preços, tão apoiado pela população.

"A conjuntura agravou-se com a queda nas reservas cambiais e a redução nas exportações a níveis preocupantes.

"Os sacrifícios exigidos da população transferem recursos para o Estado a fim de que o Governo disponha dos meios necessários para corrigir a calamitosa situação de endividamento interno e externo em que se debate o País. Pois, em lugar de utilizar o acréscimo de receita na correção dos estrangulamentos físicos apontados — providência indispensável para garantir o crescimento econômico, sem o qual a questão social não terá solução — o Governo vê-se obrigado a resgatar títulos da dívida interna e a pagar os juros da dívida externa.

"Configura-se, por conseguinte, um impasse que tende a se aprofundar: para crescer é necessário investir e os recursos são tragados pelas duas dívidas, a interna e a externa; se não há crescimento, aparecerá a recessão e o desemprego com a inflação; se volta a inflação, cai o salário real dos trabalhadores.

"Vale dizer: as recentes medidas adotadas, apesar de duras, representam apenas um enfrentamento temporário dos problemas centrais da economia que voltarão à carga e que requerem um esclarecimento permanente da opinião pública.

"É fundamental, portanto, que o País saia do impasse, para o que é indispensável a preservação das liberdades e a retomada em sua plenitude do processo democrático. Paralelamente, porém, várias questões precisam ser claramente definidas, e continuam em exame pelo PMDB, entre as quais:

"a) Tratamento soberano da dívida externa, tendo como parâmetro a necessidade de assegurar uma taxa mínima de cres-

cimento capaz de garantir a ampliação da massa de salários e da oferta de novos empregos, inclusive para atender os jovens que chegam ao mercado de trabalho e os aposentados injustiçados no recebimento de seus proventos. A dívida externa é uma questão nacional. O povo brasileiro tem de estar preparado para enfrentar uma situação difícil e um período prolongado de dura confrontação de interesses. O PMDB reafirma o seu compromisso histórico de lutar até as últimas conseqüências para preservar os interesses nacionais. O PMDB reitera o princípio soberano da defesa de sua política nacional de informática.

"b) Depósito compulsório sobre parte do montante dos títulos públicos em poder dos intermediários financeiros, que vierem a

### 'O Presidente seguirá no empenho de cumprir compromissos sociais que o Governo assumiu'

ser resgatados pelo Banco Central, aplicando-se os recursos resultantes no financiamento de projetos prioritários na indústria e na agricultura.

"c) Reestudo dos critérios para fixação do índice para reajustamento dos salários dos trabalhadores e servidores civis e militares.

"d) Aplicação em gastos de alta densidade social de expressiva parcela dos recursos fiscais arrecadados em decorrência das medidas econômicas recentes.

"e) Tabelamento dos juros para captação de poupança pelos intermediários financeiros e, conseqüentemente, para as respectivas aplicações.

"A vitória do PMDB em 22 dos 23 Estados da Federação, pela eleição de governadores, bem como nas Assembléias Legislativas, Câmara Federal e Senado, conquistando cerca de 55 por cento dos constituintes, triunfo inédito na história política do País, deve, acima de tudo, ser consagrada aos correligionários e militantes, isto é, à base ativa e aliciadora da legenda da resistência e da mudança.

"O PMDB, finalmente, manifesta sua convicção de que o Presidente José Sarney proseguirá no empenho de cumprir os compromissos sociais de seu Governo, constantes do programa e das lutas do Partido".

### 'O Plano Cruzado teve desde o início uma impatriótica oposição de setores privilegiados'

de retorno — não atraem o capital privado. Este fenômeno obriga o Estado a assumir os encargos de prover os serviços essenciais de infraestrutura e de produtor de insumos básicos. Essa carência é de efeitos mais deletérios no Nordeste brasileiro.

"Ora, o Estado brasileiro está submetido a dois estrangulamentos inibidores: a) o primeiro, por efeito de uma orquestrada campanha anti-Estado que confunde, deliberadamente, as diversas funções que cabem, numa economia como a nossa, ao Estado desempenhar, como prestador de serviços públicos essenciais de natureza social, como responsável pela infraestrutura econômica básica e como administrador de meios de produção de setores que não atraem capitais privados; b) o segundo, devido a escassez de recursos disponíveis para cumprir suas tarefas básicas, uma vez que a quase totalidade de sua receita é drenada para o pagamento de duas gigantescas dívidas — a interna e a externa —, irresponsável e impatriótica herança do regime autoritário.

"A necessidade de atender o pagamento das duas dívidas e a necessidade de investir nos setores siderúrgicos e de infraestrutura determinaram a imposição do empréstimo compulsório. Os recursos arrecadados não foram, entretanto, suficientes para o en-

### Ulysses aliviado: ninguém propôs a moratória

BRASÍLIA — "Ah, que alívio! Ainda bem que não apareceu ninguém para propor a moratória". O desabafo foi feito pelo Presidente Nacional do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, ao sair da reunião da Executiva, em companhia do Secretário-Geral Milton Reis. Na verdade, Ulysses admite a moratória, mas como "última conseqüência", como ficou implícito no documento divulgado pelo PMDB.

Ulysses, que conversou muito com os representantes do Governo durante a elaboração do documento, defendia intimamente a posição exposta pela economista Maria da Conceição Tavares, Segunda Secretária da Executiva, de que a questão da dívida externa deveria ser abordada genericamente, quase como endosso antecipado das negociações que o Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, vai empreender com os credores nos próximos dias. Ele queria apenas advertir o Governo que a dívida externa "é o

gargalo da crise" e por isso sua solução deveria ser imediata, com tratamento político e sem abrir mão da soberania nacional.

Foi o Primeiro Vice-Presidente do partido, o Governador eleito Miguel Arraes, autor do esboço do documento, que ponderou sobre a necessidade de se recomendar um tratamento duro, contrariando a posição de Maria da Conceição Tavares. A opção do PMDB foi no sentido de, ao invés de exigir esse tratamento por parte do Governo, prevenir o povo de que ele deve estar preparado para esse enfrentamento, que pode, segundo inseriu Arraes no documento, chegar "até as últimas conseqüências".

— Não nos cabia — justificou Arraes — dizer que o Governo deve endurecer, porque ele não é integrado apenas pelo PMDB, mas também pelo PFL.

A expressão "até as últimas conseqüências", segundo a interpretação de seu autor, pode ser também

o início de uma verdadeira "guerra", na qual a moratória, como último recurso de negociação, pode ser apenas o início da batalha.

Arraes, no seu esboço, condicionava o apoio do PMDB ao Governo a uma participação efetiva do partido no centro de decisões. Essa parte foi retirada do documento. Não satisfeito, o Deputado João Gilberto (PMDB-RS), respaldado pelo próprio Líder do Governo, Pimenta da Veiga, e pelo Deputado Euclides Scalco, insistiu que o partido deveria chamar a atenção do Governo para esse fato e, numa autocrítica, reconhecer que o PMDB tinha de ter a mesma correspondência com as suas bases.

Essa referência foi uma crítica velada ao comportamento de Ulysses no episódio do pacote econômico. Houve quem discordasse do fato de ele, após consultar pessoas de liderança questionável dentro do partido, ter referendado o pacote em nome do PMDB.

### Cópia vai logo para o Planalto

BRASÍLIA — A primeira providência do Presidente Nacional do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, após ter em mãos a redação final do documento aprovado pela Executiva do partido, foi enviar uma cópia ao Presidente Sarney. Em seguida, falou com ele por telefone. Na quarta-feira, quando o documento do PMDB estava apenas esboçado, Ulysses tomou café da manhã com o Presidente, no Palácio da Alvorada, e na oportunidade mostrou-lhe as linhas básicas do texto.

Em entrevista à imprensa, Ulysses disse que o documento do PMDB "é uma contribuição do partido para medidas que são necessárias e úteis ao País" e as sugestões devem ser adotadas pelo Governo.

Ulysses afirmou que a nova redação dada ao documento não significa que existam divergências dentro do partido. Segundo ele, houve "acréscimos e sugestões", pois, do contrário, "seria só dizer amém e os membros da Executiva se transformariam em sacristãos".

Justificou a necessidade de uma mudança de posição em relação à dívida externa afirmando que, "até o momento, não houve soluções que satisfizessem a soberania nacional e os interesses do País".

Ulysses admitiu a possibilidade de uma confrontação, mas esclareceu que espera que ela não aconteça e também que os credores compreendam a situação do País.